

FÉ NA PERUA

Jorge Carvalho *

"Vai longe a noite do meu sonho colorido Duvidar? Duvido e insisto em duvidar"

(Da música "Fé na Perua", de Zé da Flauta e Alceu Valença)

INTRODUÇÃO

Antes de se caracterizar como tentativa de ensaio ou de análise a qualquer coisa, o presente artigo tem, antes de mais nada, a pretensão de se constituir uma provocação ao debate acerca da questão do esporte na escola. A provocação parte basicamente do relato da minha experiência pessoal como Secretário da Educação do Município de Aracaju, cargo que exerci no período de 1º de janeiro de 1986 a 27 de janeiro de 1987.

No desempenho da gerência da política de educação do município de Aracaju, embalado pela concepção de educação e de escola que a literatura pedagógica brasileira tem chamado de Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, assessorado e tendo como consultores pessoas que comungam das mesmas idéias, tentei direcionar a Secretaria da Educação para assumir as obrigações do poder público para com a escola pública, de modo a oferecer ensino gratuito de boa qualidade a toda a população.

No âmbito do esporte na escola foi iniciada uma discussão intensa acerca da necessidade de repensar e redirecionar a sua prática, no bolo de uma nova proposta para a educação física. Para se atingir tal objetivo o trabalho era assumido por companheiros professores como Thais Mansur da Costa Lima, Vera Martha Meneses Nunes, Raimundo Modesto de Souza, Ingrid Ditrich Wiggers, Célia Maria da Costa Pinto, Jorge Luis Trindade Santos e Amarílio Ferreira

Neto, além de outros tantos anônimos. Era, enfim, a nível local, o grupo mais preparado. A esse grupo somava-se a consultoria que era prestada em várias ocasiões por nomes como Lino Castellani Filho, João dos Santos Filho, Maurício Roberto da Silva, Ângela Maria Oliveira Almeida, Paulo Ghiraldelli Junior, Vitor Marinho de Oliveira e outros.

Resistindo a essa discussão havia dois tipos de interesse: em primeiro lugar, a burocracia encastelada na própria Secretaria da Educação que, muitas vezes, sob um discurso supostamente avançado, buscava apenas a manutenção de privilégios e cargos com suas respectivas gratificações, que ao longo dos anos foram criados para acomodar os interesses que gravitavam ao redor do setor; além disso havia os interesses da indústria de desfiles e competições escolares oficiais, defendidos pela mesma burocracia. O pano de fundo de tudo, que encobria os interesses reais, era a discussão acerca do esporte na escola. E exatamente esse processo de idas e vindas, avanços e retrocessos e seu contexto político que relatamos aqui, destacando três aspectos: o contexto social e político sob os quais ocorreram estes eventos; o discurso acerca do esporte na escola e da prática de educação física em geral; e as possibilidades reais de um avanço nesse campo, bem como as limitações que estão aí colocadas.

O CONTEXTO

Para que se tenha clareza acerca dos episódios aqui colocados há necessidade de recuperar um pouco o contexto no qual se deram tais fatos.

A eleição de 1985 em Aracaju foi tomada pela emoção. Depois da ditadura mi-

* O autor foi Secretário da Educação do Município de Aracaju, no período de 1º de janeiro de 1986 a 27 de fevereiro de 1987.

É mestrando em Filosofia da Educação pela PUC de São Paulo e atualmente exerce o cargo de Secretário Geral do Diretório Estadual do PCB em Sergipe.

litar era a primeira vez que os habitantes das capitais brasileiras iriam eleger os seus Prefeitos pelo voto direto. A emoção que havia aqui era, de resto, a mesma que havia nas demais capitais do país. Políticos importantes enquanto quadros parlamentares da esquerda disputavam a eleição com plena viabilidade, como Dante de Oliveira, em Cuiabá, Alceu Collares em Porto Alegre, Roberto Requião em Curitiba, Jarbas Vasconcelos em Recife, Saturnino Braga no Rio de Janeiro, Fernando Henrique Cardoso em São Paulo e Jackson Barreto em Aracaju. Eram todos nomes que durante a ditadura militar haviam assumido postura de esquerda. Muitos deles eram militantes de partidos que estavam proibidos legalmente durante a ditadura por isso fizeram carreira como parlamentares dentro do MDB e depois no PMDB.

Em Aracaju dois candidatos tinham, até então, as maiores chances: Gilton Garcia, candidato do PDS, apoiado por todos os conservadores sergipanos, candidato da família que se tornou a mais poderosa política e economicamente em Sergipe durante a ditadura militar: os Franco, capitaneados pelo patriarca e ex-Governador Augusto Franco e pelo Senador Albano Franco. A candidatura Gilton Garcia portava ainda um outro mal, do ponto de vista da popularidade, ao ser identificada com os grupos que em Sergipe lideraram a fracassada tentativa de Paulo Maluf chegar à Presidência da República, em 1985, na disputa que travou no Colégio Eleitoral contra a Aliança Democrática liderada por Tancredo Neves.

A candidatura Jackson Barreto era naquele momento, sob os olhos da opinião pública, portadora de todas as virtudes e nenhum defeito. Ex-militante do PCB, Jackson Barreto havia sido eleito sucessivamente, desde 1972, vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal duas vezes, sempre pela legenda do MDB. Sua atuação parlamentar era caracterizada por posicionamentos avançados ao nível da política nacional de combate à ditadura militar e da defesa, no Congresso Nacional, da necessidade de vir o Brasil a manter boas relações internacionais com países do bloco socialista. No processo da discussão e votação da Emenda Dante de Oliveira, que em 1984 mexeu com o país na tentativa de realizar eleições diretas para Presidente da República, Jackson se caracterizou como um intransigente defensor da proposta. Ao ser formulada a Aliança De-

mocrática, ele foi em Sergipe um de seus primeiros defensores. Sua candidatura a Prefeito de Aracaju se fez em nome da mesma Aliança Democrática que, aqui em Aracaju, como de resto em todo o país, fez embarcar no mesmo navio PMDB, PFL, PCB e PC do B.

O único senão a essa candidatura era colocado pelo partido dos Trabalhadores: o fato de Jackson ter ido ao Colégio Eleitoral votar em Tancredo Neves e estar desde então aliado ao PFL. Por isso o PT patrocinou a candidatura de Marcelo Deda, um advogado recém-saído dos bancos da Universidade Federal de Sergipe e até aí de muito reduzida densidade eleitoral.

Abertas as urnas, Jackson Barreto ficou com quase 70% dos votos válidos. Para surpresa de todos, Marcelo Deda ficou com o segundo lugar e Gilton Garcia com o terceiro. Legitimado dessa maneira, o novo Prefeito, anunciou a priorização da política social como forma de restaurar a dignidade do cidadão e a organização dos canais democráticos de participação política, afirmando que seu governo teria três prioridades: moralização administrativa, descentralização da administração pública e participação popular. O princípio da moralização administrativa pretendia, segundo o discurso oficial, sanear o serviço público de uma série de vícios e desvios que foram acumulados ao longo da ditadura militar, vistos então como óbice ao desempenho da máquina pública e responsável pela dispersão de recursos. A descentralização era justificada como necessária à fiscalização por parte do usuário das ações do serviço público. Por último, a participação popular pretendia abrir o governo às aspirações e interesses da população.

A minha presença como Secretário da Educação na equipe que tomou posse dia 1º de janeiro devia-se basicamente à minha condição de militante do Partido Comunista Brasileiro - PCB, pós-graduado em Filosofia da Educação e coordenador do grupo de trabalho que propôs a política de educação a ser cumprida no período de governo que se iniciava.

O primeiro documento que a equipe da Secretaria da Educação do Município publicou, em 16 de janeiro, fazia uma análise do quadro educacional do Município de Aracaju. O município, com 350 mil habitantes, tinha uma população escolarizável - entre 7 e 14 anos de idade - de 68 mil pessoas. A rede municipal oferecia apenas 11 mil vagas,

deixando de atender a 57 mil crianças. A rede privada e a rede estadual atendiam juntas a 47 mil crianças, o que dava um saldo de 10 mil crianças sem escola. Do total de alunos matriculados na rede municipal, 40% eram repetentes. Além das condições sócio-econômicas do aluno havia a considerar também a baixa remuneração dos professores, as poucas oportunidades de treinamento, as precárias condições dos equipamentos escolares e a ausência de material didático. O município, oficialmente, mantinha 80 escolas. No entanto, somente 37 eram realmente escolas municipais. As 43 restantes eram fruto de um artifício do qual o Poder Público Municipal vinha lançando mão, para esconder a sua reduzida competência em construir e manter um sistema de ensino público e gratuito, como tinha e tem obrigação de fazê-lo. Tratava-se da celebração de convênio com instituições privadas que cediam suas instalações para o funcionamento de escolas municipais. A prática era tão freqüente que a rede de escolas conveniadas (43) era maior que a das escolas concretamente municipais (37).

Três tarefas se apresentavam como imediatas face à realidade:

- 1) absorver 10 mil crianças que estavam fora da escola;
- 2) expandir a rede de escolas municipais; e
- 3) reduzir os índices de repetência e evasão.

O ESPORTE

Nesse quadro se colocava a questão da prática de educação física e, em particular, do esporte na escola. Como indicava o Plano Diretor para a Educação Física nas Escolas da Rede Municipal de Aracaju, "a educação física vem atualmente desempenhando o papel de reproduzir uma sociedade autoritária, dominadora, discriminatória e seletiva". O documento fora elaborado por uma equipe especialmente criada para pensar a prática de educação física nas escolas da rede municipal de Aracaju. Todo o grupo era constituído por sete professores que atuavam diretamente nas escolas e se identificavam por colocarem a questão da educação física no patamar de discussão nacional que à época era atizada por profissionais como Lino Castellani Filho, Vítor Marinho de Oliveira e outros tantos. Assim, o grupo to-

mava alguns pressupostos básicos na elaboração do documento, partindo do princípio segundo o qual o esporte na escola tem servido apenas para modelar corpos fortes para uma sociedade em que os fracos terão que ser sempre fracos e em que o corpo é trabalhado como máquina para reprodução de gestos e movimentos. Apontando a proposição do Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, segundo o qual a "educação física deve, através de atividades físicas, educar o homem integralmente", o plano questionava a educação física que estava sendo passada ao aluno, pois a identificava com um esporte que tem como pano de fundo "a medalha, a vitória, e gestos técnicos e robotizados, que em nada contribuem para a luta do dia-a-dia e conquista do espaço dentro da sociedade".

Colocando o professor de educação física como responsável e vítima desse mesmo processo, o Plano cita que "no início, a educação física no Brasil estava aliada diretamente ao militarismo e a promoção da saúde física", já que inspirada completamente pelo Centro Militar de Educação Física, criado em 10 de janeiro de 1922 como responsável pela difusão da doutrina da educação física militar e suas aplicações desportivas, o que, historicamente, levou o professor de educação física a ser, até hoje, o responsável pela ordem unida, marcha, desfiles cívicos e aulas do tipo 1-2-3-4... Além disso se apontava também a responsabilidade histórica das escolas de medicina que durante o período imperial publicavam teses "justificando a existência da educação física para promoção da saúde física do homem". Todos esses fatores associados, ao longo do tempo, dissociaram a saúde física da saúde social.

A educação física que se praticava nas escolas da rede municipal de Aracaju não oportunizava ao aluno a aprendizagem de diversos esportes, a fim de que se adquirisse um conhecimento generalizado: ausentava-se da maioria das atividades da escola; ausentava-se do planejamento didático-pedagógico; permanecia afastada do relacionamento e integração com as demais disciplinas curriculares; mantinha o professor afastado dos seus colegas das demais disciplinas; selecionava os alunos segundo sua "aptidão" para determinado esporte; excluía o atleta da aula de educação física e o não-atleta das atividades e eventos esportivos; negava assistência material e de instala-

ções aos não-atletas; facilitava a frequência e o aproveitamento das atividades escolares do atleta, através da doação gratuita de notas; transformava o aluno atleta da rede pública em mercadoria que podia ser comprada com bolsas de estudos, doação de uniformes e empregos pelas escolas da rede particular, num comércio torpe, vil e prejudicial à sua formação; e, por último, colocava o aluno-atleta em posição privilegiada diante dos demais, dentro da própria escola.

Dentre outros fatores mais amplos, essa situação era atribuída principalmente a dois deles:

1) a defesa da educação física pela obrigatoriedade da lei e não pelo seu real valor; e

2) a ausência de uma consciência social quanto ao verdadeiro valor da educação física e do desporto.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Gravada nos anos 50 por Ari Lobo e Jacson do Pandeiro, a Cantiga da Perua é uma canção muito conhecida, principalmente na região Nordeste do Brasil, por repetir indefinidamente o refrão que diz "É de pior/A pior/É de pior/A pior/A cantiga da perua/É uma só".

Toda a ação que se desenvolveu durante o período de um ano na Secretaria da Educação do Município de Aracaju, tentando alterar a concepção e a prática da educação física e do desporto escolar esbarrou principalmente em dois problemas: os interesses corporativos do grupo que historicamente controlava a educação física na Prefeitura de Aracaju e, a articulação dos interesses corporativos desses grupos com a concepção populista de política do então Prefeito Jackson Barreto de Lima, que preferia privilegiar determinados grupos que não estavam ligados a partidos políticos, mas sim pessoalmente à sua liderança e aos seus interesses. Dessa maneira, mudar a prática da educação física e do desporto resultava quase impossível, pois o mito do líder político encontrava sua expressão maior como herói que deveria ser reverenciado e não como expressão de vontade coletiva organizada politicamente, que ao incorporar o discurso da mudança deveria ter uma ação prática transformadora. Era preciso, a todo custo, negar o partido político e ligar-se ao líder individual, já que, como afirma Gramsci, é o partido político "a primeira célula na qual se

aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais". E essa universalidade nem sempre interessa às lideranças que se impõem enquanto individualidades, pois nem sempre os seus projetos pessoais coincidem com o projeto social coletivo. Por esse caminho, privilegiam-se os interesses corporativos, para sufocar os germes da vontade coletiva.

Concretamente, Os dirigentes da corporação viam-se ameaçados enquanto dirigentes por algumas propostas que o Plano Diretor para a Educação Física nas Escolas da Rede Municipal de Aracaju fazia. Tais propostas indicavam a necessidade de "contextualizar a educação física como ciência social", aliando-a à economia, ao direito, à política, à filosofia, "para questionar uma sociedade de classes, onde poucos são privilegiados e muitos oprimidos". Também se propunha o reconhecimento da "educação física como ciência da motricidade humana, que é a ciência da compreensão e explicação da conduta motora. Essa ciência resgata a concepção antropológica do movimento humano, que o percebe influenciado pela interação dos fatores sócio-culturais, biológicos, fisiológicos...". Desta maneira, "a perspectiva para uma outra prática da educação física deve basear-se nos atos de vida, como o ato de correr, de respirar, de andar, de dançar, etc... e no significado desses atos, investigando, compreendendo, criando", pois segundo João Batista Freire, "quando se joga apenas para ganhar quando se corre apenas para chegar, quando se anda apenas para se transportar a um objetivo cria-se a impossibilidade de se tomar consciência do corpo e da ação".

A proposta apontava claramente a necessidade de que a educação física fosse oportunizada a todos os alunos na escola, pois estava bem claro que, principalmente com os alunos de 5^a série do 1^o grau em diante, o professor de educação física poderia, entre outras atividades, trabalhar diversas modalidades esportivas, dando oportunidade para que todos participassem jogando, criando regras, se organizando, se sociabilizando, tomando consciência dos seus movimentos são "técnicas", não robotizados. Dentro desse quadro, o esporte escolar voltado para a educação poderia ser compreendido como atividade corporal vivida e não como competição violenta, elitista, em busca de performance, ao primeiro lugar, do melhor rendimento.

As ações concretas que se proponha estavam elencadas da seguinte maneira:

1) mudança no horário da aula de educação física para o turno normal, significando um ponto básico e muito importante para o início do processo de transformação;

2) formação de turmas mistas de educação física. Qual o motivo que justificaria a separação dos sexos na aula de educação física, enquanto que na aula de matemática, biologia,... homens e mulheres participam conjuntamente?;

3) implantação e implementação da educação física em todas as escolas da rede municipal na pré-escola, 1º e 2º graus;

4) viabilização de uma avaliação diagnóstica e formativa na aula de educação física;

5) valorização da cultura popular, através da inclusão de jogos populares, cantigas, brincadeiras, folclore, capoeira,... na aula de educação física;

6) elaboração de uma proposta curricular para a educação física que abranja objetivos, métodos,... de acordo com as características físicas, intelectuais e efetivas do educando. Esta proposta deverá estar integrada com as demais disciplinas curriculares;

7) utilização de instalações e materiais disponíveis na escola, prioritariamente pela aula de educação física e não pelos treinamentos esportivos;

8) incentivo à aprendizagem e iniciação das diversas modalidades esportivas na aula de educação física nas séries finais do 1º grau (5ª a 8ª série) e no 2º grau, promovendo a diversidade de experiências motoras;

9) incentivo à formação de equipes de treinamento que constituirão atividade opcional na escola, devendo os mesmos acontecer em momento extra educação física e obedecendo os seguintes critérios:

a) os treinamentos de equipe em nenhum caso substituirão a aula de educação física, que acontecerá em turno normal;

b) a formação das equipes ocorrerá por iniciativa e interesse do próprio aluno, que negociará com a escola esses treinamentos, cabendo ao professor de educação física a orientação dos mesmos, quando solicitado;

c) na formação das equipes de treinamento de desportos coletivos, será exigido o número mínimo de atletas que constituem a equipe (titular e reserva) mais três alunos

por turma;

d) na formação das equipes de treinamento de desportos individuais, será exigido o número de 09 (nove) alunos por turma;

e) o professor com carga horária mensal equivalente a 200 horas poderá orientar no máximo duas turmas de treinamento. Nesse caso, o professor terá que ministrar aula de educação física para seis turmas de classe, no horário normal das outras disciplinas;

f) a escola terá o prazo de um mês, após o início do ano letivo, para organizar as turmas de treinamento;

g) caso o aluno se mostre interessado em formar turmas de treinamento após esse prazo, a escola deverá solicitar ao órgão competente os recursos humanos necessários para orientar esses treinamentos;

h) os professores cuja carga horária destinada a treinamento não for absorvida nesse prazo de um mês, deverão ter a mesma imediatamente preenchida com turmas de educação física;

10) determinação do número máximo de 30 (trinta) alunos por turma de educação física;

11) determinação de 03 (três) sessões semanais em dias alternados no pré-escolar, 1º e 2º graus, permitindo-se concentração de atividades em apenas um dia consecutivo;

12) reavaliação dos critérios para recuperação em educação física;

13) tempo disponível para cada sessão:

a) pré escolar - 30 minutos;

b) 1ª a 4ª série do 1º grau - 40 minutos

c) 5ª a 8ª série do 1º e 2º grau - 50 minutos;

14) não será considerada aula de educação física qualquer forma de competição esportiva e recreativa ou preparação para as mesmas onde não haja participação efetiva de todos os alunos da turma;

15) constituição de uma comissão permanente pelo período mínimo de 02 (dois) anos, composta por professores de educação física;

16) reuniões para análise, discussão e avaliação do Plano Diretor com dirigentes municipais, direção de escolas, conselho de professores, professores de educação física, alunos, etc;

17) ampla divulgação do documento nas unidades de ensino, órgãos governamentais, etc;

18) interferência e orientação junto ao setor responsável pelo planejamento e execução das construções da Secretaria da Educação do Município, para que nas escolas que estão sendo construídas haja disponibilidade de área livre para a prática de educação física, como também melhoria e reforma das instalações já existentes;

19) criação de um acervo bibliográfico central relacionado com a área de educação física, disponível a todos os professores municipais;

20) promoção de cursos conveniados ou não conveniados com outras instituições na área de educação física, com prioridade para o pré-escolar e 1º grau;

21) liberação de profissionais que obtiveram aprovação em cursos de especialização e mestrado na área, de acordo com as prioridades do Plano;

22) extinção da Divisão de Educação Física, Desportos e Recreação, sendo que professores de educação física devem ser inseridos no Departamento de ensino de 1º e 2º Graus para orientação dos professores da área, em todos os níveis de ensino, que trabalham nas escolas.

Gramsci ensina que “na luta deve-se sempre prever a derrota”. Ensina também que nenhum “movimento real adquire consciência da sua totalidade de um golpe, mas só por experiência sucessiva; isto é, quando percebe através dos fatos que nada do que lhe é próprio é natural, mas existe porque existem determinadas condições cujo desaparecimento não permanece sem consequências.

O grupo que defendia a proposta do Plano Diretor tinha assim, para si, bem claro que a defesa do próprio Plano Diretor poderia significar, contraditoriamente, a própria dissolução do grupo proponente. E a gota d'água dessa dissolução era claramente a proposta de extinção da Divisão de Educação Física, Desportos e Recreação, pois era justamente aí onde se corporificavam os privilégios dos setores dirigentes da corporação. Foi o que de fato aconteceu. À rejeição concreta da proposta do Plano Diretor de Educação Física juntaram-se outros problemas que levaram à minha renúncia do cargo de Secretário da Educação e que são apontados na carta de demissão entregue ao Prefeito:

“(…) temos, no entanto, ainda alguns óbices a colocar, uma vez que um administrador com o seu nível de consciência e sua

história política poderia ter obtido avanços mais significativos e possíveis neste momento histórico, o que viabilizaria um maior avanço democrático e um maior grau de organização para as forças populares do nosso Município e do Estado de Sergipe.

A facilidade com que Vossa Excelência cedeu às pressões de alguns familiares seus que, infelizmente não possuem o mesmo nível de consciência existente no Prefeito, transformou o Poder Executivo Municipal numa botica que deve, sob a visão dessas pessoas, ser gerida com tacaños objetivos e picuinhas familiares. Determinados compromissos político-eleitorais assumidos por Vossa Excelência fizeram com que desde o início a sua administração lançasse mão, de uma maneira indiscriminada, da abusiva prática de conceder Gratificações por Representação de Gabinete a todos os apaniguados e a toda a sorte de cabos eleitorais que hoje sobrecarregam a folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Aracaju e entopem as salas das repartições públicas municipais. Tais práticas fizeram com que Vossa Excelência esquecesse as promessas acerca da participação popular que deveria estar sendo agora viabilizada. Tal participação se dá pela colocação à disposição da comunidade de mecanismos de efetiva intervenção na administração pública, e não pela tutela de organizações como as Associações de Moradores, a exemplo do que ocorre atualmente em Aracaju. É inadmissível que até o presente momento a administração de Vossa Excelência não haja interferido na vexatória situação das condições de trabalho, de carreira, e de remuneração dos servidores públicos municipais, o que nos põe diante de um quadro que envergonha qualquer administração que se suponha democrática.

São muitas as contradições que teríamos ainda a colocar. Maiores elas serão, com toda a certeza (...)

Essas contradições impõem, portanto, o meu afastamento do cargo de Secretário da Educação do Município de Aracaju. (...)

Essa é a experiência do Município de Aracaju. Iguais a este existem muitos outros casos postos pelo próprio avanço da prática da política populista nos últimos anos no Brasil. Dentro desse quadro, a questão do esporte na escola pode tranquilamente ser definida em uma frase da música de Zé da Flauta e Alceu Valença:

“É como a história da cantiga da pe-

rua..."

BIBLIOGRAFIA

CASTELLANI Filho, Lino. Educação Física no Brasil: A História que Não se Conta. Campinas, São Paulo, Papirus, 1988.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

ARACAJU, Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação. Diretrizes para o Ensino Municipal de Aracaju - Triênio 86/88. Aracaju, 1986.

CASTELLANI Filho, Lino. Os Jogos Internos. Mimeo. s. d.

BRACHT, Valter. A Criança que Pratica Esporte Respeita as Regras do Jogo... Capitalista. Mimeo. s.d.

SANTOS Filho, João dos. A Sociologia - Ciência para Perpetuação e/ou Superação da Sociedade Burguesa. Maringá, mimeo. 1986.

SILVA, Maurício Roberto da. Educação Física, Natureza e Pé no Chão. Mimeo. s.d.

LIMA, Gerson Zanetta de e TURINI, Barbara. Exame Médico Periódico para a Educação Física: Vale a Pena? Mimeo, s. d.

ARACAJU. Prefeitura Municipal/Secretaria de Planejamento e Economia. Linhas Básicas para a Administração do Município de Aracaju. Aracaju, 1986.

. / Secretaria da Educação. Plano Diretor para a Educação Física nas Escolas da Rede Municipal de Aracaju. Aracaju, 1986.